DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

EDP Transmissão Litorial Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91

edp

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.767	4.950
Disponibilidade da rede elétrica	6	7.940	5.636
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	3	2
Outros tributos compensáveis	7	75	104
Ativos da concessão	11	43.075	37.969
Outros créditos	12	687	278
Total do Ativo Circulante		**56.547**	**48.939**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	10	9.860	8.993
Ativos da concessão	11	375.544	335.815
Outros créditos	12		2
		385.404	**344.810**
Imobilizado		126	129
Intangível		1.122	725
		1.248	**854**
Total do Ativo Não circulante		**386.652**	**345.664**
TOTAL DO ATIVO		**443.199**	**394.603**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	280	7.980
Empréstimos e financiamentos	16		8.824
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	590	510
Outros tributos a recolher	7	242	293
PIS e COFINS diferidos	8	1.572	
Provisões	17	889	3.449
Parcela de Ajuste	13	1.416	5.563
Outras contas a pagar	12	273	705
Total do Passivo Circulante		**5.262**	**27.324**
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	8	13.707	13.643
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	12.894	11.513
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1		32.000
Provisões	17	1.663	690
Parcela de Ajuste	13	877	487
Outras contas a pagar	12	599	437
Total do Passivo Não circulante		**29.740**	**58.770**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	342.755	310.755
Reservas de lucros		65.442	
Lucro (Prejuízo) acumulados			(2.246)
Total do Patrimônio líquido		**408.197**	**308.509**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**443.199**	**394.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2023	2022
Receitas	19	**106.515**	**117.326**
Custo	20		
Custo de operação		(3.846)	(4.323)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(5.849)	(84.844)
		(9.695)	**(89.167)**
Lucro bruto		**96.820**	**28.159**
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(1.940)	(2.222)
Outras despesas e receitas operacionais		(265)	(13)
		(2.205)	**(2.235)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**94.615**	**25.924**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		3.260	1.103
Despesas financeiras		(1.582)	(1.043)
		1.678	**60**
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		**96.293**	**25.984**
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.224)	(1.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.381)	(2.754)
		(3.605)	**(3.961)**
Lucro líquido do exercício		**92.688**	**22.023**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24		
Resultado básico por ação (reais/ações)			
ON		1,23584	0,29364
Resultado diluído por ação (reais/ações)			
ON		1,23584	0,29364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	92.688	22.023
Resultado abrangente do exercício	**92.688**	**22.023**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Geração do valor adicionado	**111.520**	**122.258**
Receita operacional	41.272	21.957
Receita relativa à construção de ativos próprios	407	
Receita de Construção	17.606	57.024
Atualização dos Ativos da concessão	52.235	43.192
Outras Receitas		85
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(10.928)**	**(88.456)**
Materiais	(206)	(129)
Serviços de terceiros	(3.596)	(2.818)
Custo com construção da infraestrutura	(6.256)	(84.844)
Outros custos operacionais	(870)	(665)
Valor adicionado bruto	**100.592**	**33.802**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(26)	36
Valor adicionado líquido produzido	**100.566**	**33.838**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.263	1.410
Valor adicionado total a distribuir	**103.829**	**35.248**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	655	1.928
Benefícios	238	352
FGTS	137	884
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.117	8.368
Estaduais	134	175
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.583	1.354
Aluguéis	277	164
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	25.000	
	36.141	**13.225**
Lucros retidos	67.688	22.023
	103.829	**35.248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		96.293	25.984
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(453)	(322)
Remuneração dos Ativos da concessão		(50.328)	(41.615)
Margem na construção		(11.113)	30.224
Reajuste Anual		(11.952)	(8.502)
Depreciações e amortizações		25	64
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos		459	740
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(86)	359
Outros		(256)	(176)
		22.589	**6.756**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Ativos da concessão		34.193	15.176
Estoques		(53)	
Cauções e depósitos vinculados		20	(179)
Outros ativos operacionais		(675)	(238)
		33.485	**14.759**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(8.817)	(32.624)
Outros tributos a recolher		(36)	(255)
Encargos Setoriais		(36)	16
Provisões		(2.082)	(2.043)
Outros passivos operacionais		(4.235)	4.692
		(15.206)	**(30.214)**
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais		**40.868**	**(8.699)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.810)	(803)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		**39.058**	**(9.502)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(4.528)	(78.925)
Adições ao ativo financeiro indenizável		(407)	(725)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.935)**	**(79.650)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			32.000
Aumento de capital social			50.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(25.000)	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(7.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(2.283)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(23)	(117)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	26.1	**(34.306)**	**81.883**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(183)**	**(7.269)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.767	4.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.950	12.219
		(183)	**(7.269)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**127.755**	**-**	**(24.269)**	**103.486**
Aumento de capital conforme AGE de 29/04/2022	183.000			183.000
Lucro líquido do exercício			22.023	22.023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**310.755**	**-**	**(2.246)**	**308.509**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**310.755**	**-**	**(2.246)**	**308.509**
Aumento de capital conforme AGE de 28/04/2023	32.000			32.000
Lucro líquido do exercício			92.688	92.688
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.524	(4.524)	-
Reserva de retenção de lucros		60.918	(60.918)	-
Dividendos complementares - RCA de 01/12/2023			(25.000)	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**342.755**	**65.442**	**-**	**408.197**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading).

Em 05 de julho de 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber RAP de R$51,4 milhões.

2 Concessão

A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizado entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, de R$40.085 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventuais ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.2), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R$63.173.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Ativos da concessão (Nota 11); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

continua...

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2024 00:55:10 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), *Amendments to* IFRS 17 (2020) e *Initial Application of* IFRS 17 e IFRS 9 - *Comparative Information* (2021)	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com *Covenants* e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Conclusão dos reforços em transmissão
Conclusão da instalação do 2° transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizativa nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

4.2 Reajuste tarifário
Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.3 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entrará em vigor em julho de 2023.
DSP n° 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP n° 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022.	Pleito da Companhia, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	2.318	346
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.449	2.040
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		2.564
	2.449	**4.604**
Total	**4.767**	**4.950**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
Em 31 de dezembro de 2023 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.2.
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6 Disponibilidade da rede elétrica
O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R$7.940 (R$5.636 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. O aumento apresentado para o exercício deve-se à entrada em operação do segundo trecho da linha, o qual ocorreu em julho de 2022.
Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.
Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2				1	3
Total Circulante	**2**	**-**	**-**	**-**	**1**	**3**
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS	11	16			(17)	10
IRRF sobre aplicações financeiras	83	288			(317)	54
IR/CS retidos sobre faturamento		17			(16)	1
Outros	10					10
Total Circulante	**104**	**321**	**-**	**-**	**(350)**	**75**
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	510	2.224		(1.810)	(334)	590
Total Circulante	**510**	**2.224**	**-**	**(1.810)**	**(334)**	**590**
Outros tributos a recolher						
ICMS		106		(92)		14
PIS e COFINS	169	2.124		(2.094)	(15)	184
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	33	770		(785)		18
Encargos com pessoal	91	911	4	(980)		26
Total Circulante	**293**	**3.911**	**4**	**(3.951)**	**(15)**	**242**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8 Tributos diferidos

		Passivo		
		Circulante	Não circulante	
	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	8.1	1.572	13.707	13.643
Imposto de renda e contribuição social	8.2		12.894	11.513
Total		**1.572**	**26.601**	**25.156**

8.1 PIS e COFINS
Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social
São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

	Passivo		Resultado	
	Não circulante			
Natureza dos créditos	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Diferenças Temporárias				
Reconhecimento de receita	12.894	11.513	(1.381)	(2.754)
Total diferenças temporárias	**12.894**	**11.513**	**(1.381)**	**(2.754)**

9 Partes relacionadas

			Ativo		Passivo				Resultados	
			Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relacionamento	Duração	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)										
Uso do sistema de transmissão										
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	39	40					318	204
EDP São Paulo	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	61	63					548	289
Enerpeixe	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	3	4					42	25
Lajeado	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	5	5					57	34
Investco	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046							1	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	1	2					17	11
São Manoel	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	7	8					86	54
Porto do Pecém	Coligada (*)	23/05/2021 a 27/06/2046	5	4					53	30
CEJA	Controle Comum	23/05/2021 a 27/06/2046	2	2					26	17
			123	**128**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.148**	**664**
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC										
EDP Trading	Controladora direta	16/08/2019 a indeterminado						32.000		
			-	**-**	**-**	**-**	**-**	**32.000**	**-**	**-**
Fornecedores										
Contrato de prestação de serviços										
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 a 31/12/2024			90	306			(536)	(306)
			-	**-**	**90**	**306**	**-**	**-**	**(536)**	**(306)**
Outras contas a pagar (Nota 12)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2027					49	39	(467)	(517)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2026					3	2	(45)	(37)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2015 a 31/12/2026						2	(3)	(4)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice* (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2023					108	154	(824)	(839)
Contrato de prestação de serviço (d)										
EDP Trading	Controladora direta	17/11/2020 a 31/05/2022								(224)
			-	**-**	**-**	**-**	**160**	**197**	**(1.339)**	**(1.621)**
			123	**128**	**90**	**306**	**160**	**32.197**	**(727)**	**(1.263)**

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do DSP nº 459 de 1° de março de 2023.
(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a Controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP SP localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP SP e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (*), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a EDP - Energias do Brasil e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.
A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte dos contrato.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.
(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.
O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (*), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório.
Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.
Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.
Com a alienação da companhia Energest pela controladora EDP - Energias do Brasil, em dezembro de 2022 foi firmado aditivo excluindo tal empresa, porém mantendo a vigência e demais condições do contrato anterior.
(d) Contratos de Prestação de Serviços
Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading, no valor global do contrato de R$1.573, pelo prazo de 36 meses.
Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1° de junho de 2024.
(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC
A movimentação do AFAC, cujo objetivo é o aumento de capital na Companhia para conclusão dos projetos, no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.000
Aumento de Capital social (Nota 18.1)	(32.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.2 Controladora direta e final
A controladora direta da Companhia é a EDP Trading, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9.3 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2023	2022
Remuneração (a)	29	484
Benefícios de curto prazo (b)	1	8
Benefícios - Previdência privada		10
Total	**30**	**502**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	17.1.1 ,17.1.2 e 17.1.3	8.992	36	887	(46)	(10)	9.859
Outros cauções		1					1
Total Não circulante		**8.993**	**36**	**887**	**(46)**	**(10)**	**9.860**

11 Ativos da concessão
O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM n°122/22 e n°128/22.
A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.
De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
• Modelo do ativo intangível
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.
• Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.
A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.
O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.
Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota explicativa 19 - Receitas.
No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.
Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.
A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 19 e 20.1)	Remuneração (Nota 19)	Faturamento de RAP (Nota 6)	Margem na construção (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	373.784	5.849	52.235	(37.879)	11.113	12.405	1.112	418.619
	373.784	**5.849**	**52.235**	**(37.879)**	**11.113**	**12.405**	**1.112**	**418.619**
Circulante	37.969							43.075
Não circulante	335.815							375.544

O saldo de R$418.619 em 31 de dezembro de 2023 (R$373.784 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 99,37% do investimento previsto para o projeto (97,3% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR		177	145		
Despesas pagas antecipadamente		55	133		2
Outros		455			
Total		**687**	**278**	**-**	**2**
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			160	197
Arrendamentos e aluguéis		22	20	116	114
Obrigações sociais e trabalhistas	12.1	99	558		
Outros		152	127	323	126
Total		**273**	**705**	**599**	**437**

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Parcela de Ajuste
O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$1.416 (R$5.563 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R$877 (R$487 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

14 Fornecedores
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.
O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2023 de R$280 (R$7.980 em 31 de dezembro de 2022) é composto principalmente por fornecedores da obra de construção da linha de transmissão, e apresentou redução devido à entrada em operação comercial da linha.

15 Dividendos
Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivos nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.
Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2024 00:55:43 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Dividendos intermediários
Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 1° de dezembro de 2023, foi declarado e aprovado o pagamento dos dividendos intermediários, no valor total de R$25.000.
Segue abaixo a movimentação no exercício:

Passivo	31/12/2022	Dividendos Intermediários	Pagamentos	31/12/2023
EDP Trading	-	25.000	(25.000)	-
	-	**25.000**	**(25.000)**	**-**

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Em 30 de janeiro de 2021 a Companhia realizou a captação de contrato mútuo com a EDP Trading, no valor de R$200.000, com o vencimento em 03 de dezembro de 2023. O custo da emissão foi de 100,3% do CDI e o pagamento de juros e principal foi realizado em uma única parcela no final do contrato.
Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Vigência do contrato	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Moeda nacional							
EDP - Trading	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	30/01/2020 a 03/12/2023	1.824	7.000	8.824
					1.824	**7.000**	**8.824**

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante				
Principal	7.000	(7.000)		-
Juros	1.824	(2.283)	459	-
	8.824	**(9.283)**	**459**	**-**

17 Provisões

	Nota	Passivo Circulante 31/12/2023	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2022
Provisões cíveis	17.1			1.145	690
Licenças ambientais	17.2	889	3.449	518	
Total		**889**	**3.449**	**1.663**	**690**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
17.1 Provisões cíveis
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.
17.1.1 Risco de perda provável
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Reversões	Saldo em 31/12/2023	Ativo Depósito judicial 31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas		-	232	(36)	6	(11)	191		
Cíveis	17.1.1.1	689	204	(79)	117		931	662	497
Fiscais		-	20		2		22		
Outros		1					1		
Total Não circulante		**690**	**456**	**(115)**	**125**	**(11)**	**1.145**	**662**	**497**

17.1.1.1 Cíveis
Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.
17.1.2 Risco de perda possível
Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Ativo Depósito judicial 31/12/2023
Trabalhistas		591	503	15
Cíveis	17.1.2.2			3.464
Fiscais	17.1.2.1	241	389	
Total		**832**	**892**	**3.479**

17.1.2.1 Fiscais
Ações judiciais em face de alguns municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, objetivando a não incidência do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), envolvendo o montante de R$241 em 31 de dezembro de 2023 (R$389 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência ocorreu em razão da alteração do prognóstico face à decisão favorável obtida no município Capão da Canoa. A Companhia aguarda o julgamento dos demais processos.
17.1.2.2 Cíveis
Referem-se, em sua totalidade, a depósitos judiciais relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.
17.1.3 Risco de perda remota
Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R$5.718 (R$8.495 em 31 de dezembro de 2022). A redução deve-se pelo andamento das causas e mudanças de risco.
17.2 Licenças Ambientais
Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.
A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados a manutenção destas licenças, permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.
Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Circulante	3.449	1.366	(1.917)	124	(692)	(36)	(1.405)	889
Não circulante	-			42	692	(216)		518
Total	**3.449**	**1.366**	**(1.917)**	**166**	**-**	**(252)**	**(1.405)**	**1.407**

18 Patrimônio líquido
18.1 Capital social
O Capital social em 31 de dezembro de 2023 totalmente subscrito e integralizado é de R$342.755 (R$310.755 em 31 de dezembro de 2022). O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R$1 cada uma e integralmente detidas pela EDP Trading.
Aumento de capital social no montante de R$32.000, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralizados totalmente pela acionista controladora EDP Trading, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 10.1).
18.2 Destinação do lucro
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		92.688	15.417
Prejuízos acumulados		(2.248)	
Lucro líquido ajustado		**90.440**	**15.417**
Constituição da reserva legal - 5%		(4.522)	
		85.918	**15.417**
Destinação do lucro			
Reserva de lucros		60.918	
Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado	15	25.000	
		85.918	**-**

18.3 Reservas de lucros

	31/12/2023
Reservas de lucros	
Legal	4.522
Retenção de lucros	60.920
	65.442

19 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:
• Receita de construção da Infraestrutura de construção
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.
A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de -23,72%, sobre o custo real incorrido de construção no resultado.
A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando atraso na entrada em operação comercial face o prazo regulatório. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.
Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.
• Receita de Operação e Manutenção (O&M)
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.
A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 218% (218% em 31 de dezembro de 2022).
Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.
• Remuneração dos Ativos da concessão
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.
O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.
A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.
As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modicifação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2023	2022
Receita de construção	11 e 19.1	17.606	57.024
Remuneração dos Ativos da concessão	11	52.235	43.192
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	11	27.107	14.450
Parcela Variável - IPCA	4.2	14.165	7.507
Receita operacional bruta		**111.113**	**122.173**
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(3.760)	(4.485)
		(3.760)	**(4.485)**
Encargos do consumidor			
P&D		(616)	(324)
Outros encargos		(222)	(38)
		(838)	**(362)**
		(4.598)	**(4.847)**
Receitas		**106.515**	**117.326**

19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão
A redução deve-se a um custo de construção de R$79.000 menor em 2023 em comparação a 2022, devido à evolução das obras.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação
20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2023	2022
Terrenos			1.415
Edificações, obras civis e benfeitorias			17.677
Máquinas e equipamentos		5.599	53.243
Móveis e utensílios			102
Gastos ambientais	17.2		203
Outros		250	12.204
	11	**5.849**	**84.844**

20.2 Custo de operação

	Nota	2023	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	790	2.115
Material		173	24
Serviços de terceiros	21.2	2.255	1.907
Depreciação - Imobilizado em serviço		2	
Amortização		10	
Arrendamentos e aluguéis		277	27
Outras		339	250
Total		**3.846**	**4.323**

21 Despesas e Receitas operacionais
As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais 2023 De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	2022 De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	790	367		1.157	2.115	737		2.852
Material		173	33		206	24	105		129
Serviços de terceiros	21.2	2.255	1.341		3.596	1.907	911		2.818
Depreciação - Imobilizado em serviço		2			2				-
Depreciação - Ativos de direito de uso			14		14		(36)		(36)
Amortização		10			10				-
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				265	265			13	13
Arrendamentos e aluguéis		277			277	27	105		132
Outras		339	185		524	250	400		650
Total		**3.846**	**1.940**	**265**	**6.051**	**4.323**	**2.222**	**13**	**6.558**

21.1 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	725	707
Encargos	261	312
Programa de demissão voluntária		7
Despesas rescisórias	45	551
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(113)	608
Outros benefícios - Corrente	232	345
Outros	52	33
	1.202	**2.563**
Administradores		
Honorários e encargos	(51)	101
Benefícios dos administradores	5	187
	(46)	**288**
	1.156	**2.851**

21.2 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria	640	871
Serviços comerciais	30	
Serviços de manutenção	973	
Serviços de limpeza e vigilância	297	191
Serviços ambientais	39	
Serviços de informática	240	15
Serviços de publicação e publicidade	107	107
Serviços de telecomunicações	290	453
Serviços de transporte	42	
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	83	
Serviços Compartilhados	782	
Outros	73	1.181
	3.596	**2.818**

22 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.294	742
Depósitos judiciais		887	657
Outros juros e variações monetárias		1.058	
(-) Juros capitalizados			(259)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(3)	(48)
Outras receitas financeiras		24	11
		3.260	**1.103**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(459)	(1.083)
(-) Juros capitalizados			343
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(125)	(117)
Arrendamentos e aluguéis		(15)	(13)
Outros juros e variações monetárias		(932)	(173)
Outras despesas financeiras		(51)	
		(1.582)	**(1.043)**
Total		**1.678**	**60**

23 Impostos de renda e Contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.
A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	96.293	25.984
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(32.740)**	**(8.835)**
Efeito tributário de créditos extemporâneos	(2)	(13)
Ajuste lucro presumido	29.113	4.863
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	**(3.605)**	**(3.961)**
Alíquota efetiva	3,74%	15,24%

24 Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.
O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	92.688	22.023
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	75.000	75.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**1,23584**	**0,29364**

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.
25.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.
25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2023	31/12/2022	Valor contábil 31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	2.449	4.604	2.449	4.604
			2.449	**4.604**	**2.449**	**4.604**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	2.318	346	2.318	346
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	7.940	5.636	7.940	5.636
Cauções	10	Nível 2	1	1	1	1
			10.259	**5.983**	**10.259**	**5.983**
Total			**12.708**	**10.587**	**12.708**	**10.587**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	280	7.980	280	7.980
Empréstimos e financiamentos	16					
Contratos de mútuo		Nível 2		8.824		8.824
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	160	197	160	197
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	136	137	138	134
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	1.406	3.494	1.407	3.449
Total			**1.982**	**20.632**	**1.985**	**20.584**

25.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:
• Custo amortizado
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
• Valor justo por meio do resultado (VJR)
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.
25.1.1.2 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

continua...

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2024 00:56:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa CDI e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações.

A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.449	229	229	57	113	(57)	(114)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**2.449**	**229**	**229**	**57**	**113**	**(57)**	**(114)**

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 8,0% e 11,7% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023							31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	280						280	7.980
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				160			160	197
Empréstimos e financiamentos							-	8.824
Arrendamentos e aluguéis	2	2	19	83	110	(78)	138	134
Licenças Ambientais	81	135	709	734		(252)	1.407	3.449
	363	**137**	**728**	**977**	**110**	**(330)**	**1.985**	**20.584**

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos		8.824
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.767)	(4.950)
Dívida líquida	**(4.767)**	**3.874**
Total do Patrimônio Líquido	408.197	308.509
Total do capital	**403.430**	**312.383**
Índice de alavancagem financeira - %	-1,18%	1,24%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Efeito não caixa Ajuste a valor presente	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		-	(25.000)		25.000	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	8.824	(9.283)		459	-
Arrendamentos e aluguéis		134	(23)	15	12	138
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.1	32.000			(32.000)	-
Capital social	18.1	310.755			32.000	342.755
		351.713	**(34.306)**	**15**	**25.471**	**342.893**

	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa Ajuste a valor de mercado/ presente	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.741			1.083	8.824
Arrendamentos e aluguéis	98	(117)	13	140	134
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	133.000	32.000		(133.000)	32.000
Capital social	127.755	50.000		133.000	310.755
	268.594	**81.883**	**13**	**1.223**	**351.713**

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures, imobilizado, intangível e ativos da concessão		343
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	180	572
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	1.366	359
Aumento de capital com integralização de AFAC	32.000	133.000
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	12	140
Total	**33.558**	**134.414**

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2023					31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	390				390	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	94	156			250	175
Materiais e serviços	7.673	3.622	67	3	11.365	23.701
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos					-	1.081
	8.157	**3.778**	**67**	**3**	**12.005**	**24.957**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023					31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	378				378	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	91	168			259	170
Materiais e serviços	7.441	3.842	80	4	11.367	23.359
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos					-	1.091
	7.910	**4.010**	**80**	**4**	**12.004**	**24.620**

27.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2023
Executante construtor	Seguro garantia	20.953
		20.953

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	210.871	100.000	210.871	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	644	(*)	985	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$25.583;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$238.995; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.327.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptistão
Contadora - CRC 1SP328362/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo , 26 de fevereiro de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2024 00:56:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*